

# *Journal do Brasil* 03/03/2002

# Direitos Humanos polêmicos

HUGO MARQUES

BRASÍLIA - Com carta branca do presidente Fernando Henrique Cardoso, o secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, está se preparando para baixar medidas que desagradam aos Ministérios da Fazenda e Educação, militares, polícias, emissoras de televisão e a bancada ruralista. Entre as medidas previstas, a partir deste ano, está a criação de incentivos fiscais para empresas que empregam ex-presidiários. A Receita Federal não quer ouvir falar em criação de novos incentivos fiscais, porque isso diminui a arrecadação. Em pelo menos três artigos do plano está prevista a criação de cotas para negros nas universidades. O Ministério da Educação é radicalmente contra.

A exclusão do crime de pederastia do Código Penal Militar será apresentada ao Ministério da Defesa, que vai levar o tema à discussão dos comandos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, antes de se pronunciar. Grande parte dos militares critica a retirada da punição ao homossexualismo na caserna.

A briga maior do secretário, no entanto, deverá ser travada fora do governo. O novo programa vai instituir um "mapea-

## As propostas de discórdia



Criação de incentivos fiscais para empresas que empregam ex-presidiários. A Receita Federal resiste à criação de qualquer tipo de incentivo



Mapeamento dos programas de televisão e rádio que estimulam a violência, para punir os infratores. As emissoras repelem qualquer interferência no setor



Adoção de cotas para negros nas universidades federais. O Ministério da Educação discorda da reserva de vagas



Proibição de exportar armamentos para países que fazem fronteira com o Brasil. Fabricantes e exportadores criticam a limitação



Transferência para a Justiça comum de crimes cometidos por policiais militares. As PMs querem se manter sob as regras da Justiça Militar



Excluir o crime de pederastia do Código Penal Militar. Parte das Forças Armadas rejeita a proposta



Alterar a Lei de Licitações Públicas para privilegiar, em caso de empate, empresas com políticas sociais. Prestadores de serviço para o governo e grandes construtoras criticam a mudança



Estimular municípios a criar áreas de acampamento para ciganos, com infra-estrutura. Muitos prefeitos e comunidades não aceitam a sugestão



Apoio ao projeto que condiciona a reintegração de posse à comprovação da função social da propriedade. A bancada ruralista no Congresso é contrária



Adoção de medidas para coibir violência contra movimentos de sem-terra. Algumas corporações policiais repelem a proposta

mento" dos programas de TV e de rádio que estimulam a violência, para que sejam tomadas "medidas legais pertinentes" contra os infratores.

Na lista de propostas da Secretaria Nacional de Direitos

Humanos está o corte de verba pública para quem patrocina eventos e programas que estimulam a prática da violência. E não é apenas dinheiro do Executivo. Entram verbas de estatais, fundações, empre-

sas públicas e até de bancos oficiais.

**Lobby** - O secretário vai enfrentar o forte lobby das polícias no Congresso. O novo programa transfere da Justiça Militar para a comum os crimes praticados por policiais militares. Transfere ainda os crimes graves contra direitos humanos da Justiça Estadual para a Federal.

O Judiciário também está na mira da Secretaria de Direitos Humanos. O programa estabelece o controle externo, com a criação do Conselho Nacional de Justiça. Este novo órgão vai fiscalizar a atuação "administrativa e financeira" do Poder Judiciário, bem como "o cumprimento dos deveres funcionais dos juizes."

Os sem-terra devem ganhar melhor tratamento nas ações de reintegração de posse, que estarão condicionadas à comprovação de que a propriedade cumpre função social.

O secretário Nacional de Direitos Humanos sabe que há resistências dentro e fora do governo, mas antecipa que já recebeu apoio do Palácio do Planalto. "De parte do governo federal não há resistência nenhuma", garante. Pinheiro afirmou que o plano expressa "a vontade da sociedade civil, do ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, e do presidente Fernando Henrique".